

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.649.990 - MA (2020/0011192-1)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : ESTADO DO MARANHÃO
PROCURADOR : JOAO VICTOR HOLANDA DO AMARAL - MA017788
AGRAVADO : FIRMINA DO NASCIMENTO SILVA E SILVA
AGRAVADO : FRANCISCA DAS CHAGAS LIMA RODRIGUES
AGRAVADO : MARIA DE NAZARE SILVA DE OLIVEIRA
AGRAVADO : NEURACY SOUSA FEITOSA
AGRAVADO : MARIA ANTONIA DE SOUSA COELHO
ADVOGADO : ÉCIO FRANCISCO BEZERRA SANTOS E OUTRO(S) - MA014694

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado pelo ESTADO DO MARANHÃO contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, assim resumido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. PISO NACIONAL DO MAGISTÉRIO. ESCALONAMENTO NO PERCENTUAL DE 5%. DESCOMPRESSÃO SALARIAL. AÇÃO ORDINÁRIA 14440/2000. AUSÊNCIA DE EXCESSO DE EXECUÇÃO. TÍTULO JUDICIAL CERTO LÍQUIDO E EXIGÍVEL. AGRAVO IMPROVIDO.

Alega violação do art. 535, III, §§ 5º e 7º, do CPC, no que concerne à possibilidade de alegação de inexigibilidade de título judicial formado em contrariedade à entendimento do STF, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Desta feita, de plano, verifica-se que a decisão recorrida ofendeu a legislação federal acima colacionada, tendo em vista que negou aplicabilidade ao NCPD, onde há previsão expressa acerca da possibilidade de alegação de inexigibilidade do título judicial na fase de cumprimento de sentença.

De outro lado, as razões do presente recurso são também acerca da própria inexigibilidade em si do título executivo. Isso porque, o título executado garantiu o direito adquirido a regime jurídico a carreira de servidores em total contrariedade à jurisprudência consolidada do STF acerca da inexistência de direito adquirido a regime jurídico.

Com efeito, verifica-se que ainda no ano de 2009, o STF julgou o RE 563.965, estabelecendo a tese de que não há direito adquirido a regime jurídico, desde que respeitado o princípio constitucional da irredutibilidade

Superior Tribunal de Justiça

de vencimentos:

[...]

Já a sentença do processo de conhecimento (ação coletiva 14.440) foi proferida em, assegurando a servidores públicos o direito adquirido a regime jurídico, com base nas normas 18/02/2010 dispostas nos artigos 54/57 da lei estadual nº 6.110/94.

Portanto, muito antes da prolação da sentença no processo, bem como do trânsito em julgado da ação coletiva, o STF já havia declarado a inexistência de direito adquirido a regime jurídico, considerando constitucionais legislações que modificaram a forma de remuneração de servidores públicos, desde que respeitada a irredutibilidade nominal. (fls. 571).

É o relatório. Decido.

Na espécie, não houve o prequestionamento da tese recursal, uma vez que a questão postulada não foi examinada pela Corte de origem sob o viés pretendido pela parte recorrente.

Nesse sentido: “O Tribunal de origem não tratou do tema ora vindicado sob o viés da exegese dos artigos 131 e 139 do CPC/1973, e, tampouco o recorrente opôs embargos de declaração visando prequestionar explicitamente o tema. Incidência da Súmula 211/STJ” (AgInt no REsp n. 1.627.269/PE, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 27/9/2017).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AREsp n. 1.217.660/SP, relator Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe de 4/5/2018; e AgInt no AREsp n. 965.710/SP, relatora Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe de 19/9/2018.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente